



**ANFIP
NACIONAL**
Associação Nacional dos Auditores Fiscais
da Receita Federal do Brasil

Linha Direta

#18
ANO XXXII
MAIO/2025

Institucional

Comissão ANFIP do Futuro avalia avanço do projeto

Comissão ANFIP do Futuro avalia os progressos das fases de adesão e implementação do Projeto ANFIP do Futuro, iniciativa voltada à modernização e ao fortalecimento da relação entre a Nacional e as Estaduais.

•pág 02

Estatuto

Iniciados os trabalhos de sistematização do novo Estatuto Social

Realizada a primeira reunião da Comissão de Sistematização do novo Estatuto Social da ANFIP Nacional, que tem a missão de consolidar as alterações aprovadas durante a V Convenção Nacional Extraordinária.

•pág 03

Golpe

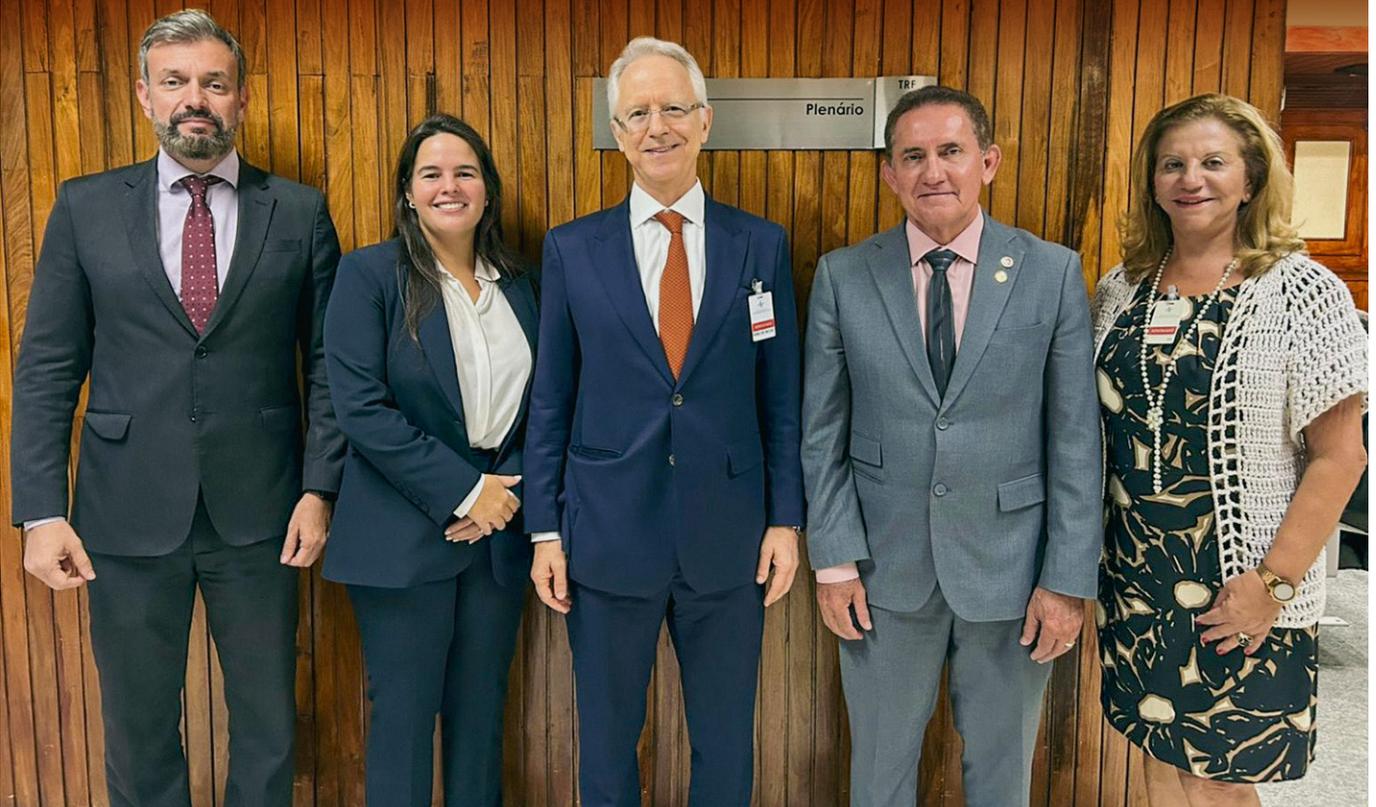
OAB lança plataforma de verificação contra 'golpe do falso advogado'

OAB Nacional lança campanha nacional de conscientização e combate ao chamado "golpe do falso advogado". A iniciativa tem como pilares a orientação da população e a prevenção de novas vítimas.

•pág 06

TRF1 reconhece direito à paridade no recebimento do Bônus de Eficiência

•pág 02



Bônus de Eficiência: ANFIP tem grande vitória no TRF1

A ANFIP Nacional teve uma grande vitória no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no dia 7 de maio, na ação da paridade do Bônus de Eficiência. Por unanimidade, foi logrado êxito no recurso de apelação e reformulada a sentença de 1º grau, que havia julgado o pedido improcedente.

Desta forma, o Tribunal reconheceu o direito à paridade no recebimento do Bônus de Eficiência, citando, inclusive, o

julgado da Turma Nacional de Uniformização (TNU) dos Juizados Especiais Federais, que consolidou esse mesmo entendimento no âmbito das ações que tramitam nos Juizados.

A ANFIP Nacional aguarda a publicação do acórdão e eventual interposição de recursos, para que esse direito seja finalmente estendido a todos os associados e os valores retroativos pagos após o trânsito em julgado da ação.

A Entidade foi representada pelo ministro do Tribunal Superior Eleitoral, o advogado Carlos Mario da Silva Velloso Filho, que realizou a sustentação oral. Estiveram presentes no julgamento, o presidente Miguel Arcanjo Simas Nôvo, a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, e os advogados Rodrigo Cartafina, da ANFIP, e Gabriela Dourado, da Advocacia Velloso.

Comissão ANFIP do Futuro avalia avanços do projeto de modernização e integração

A Comissão ANFIP do Futuro realizou reunião, no dia 8 de maio, para avaliar os progressos das fases de adesão e implementação do Projeto ANFIP do Futuro, iniciativa voltada à modernização e ao fortalecimento da relação entre a Entidade Nacional e as Associações e Representações Estaduais.

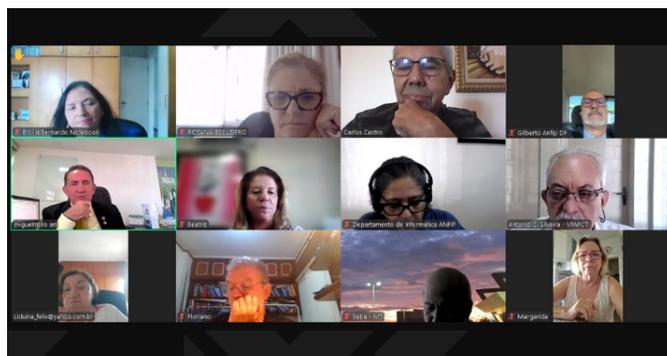
Durante o encontro, o presidente Miguel Arcanjo Simas Nôvo destacou que, até o momento, 17 Associações Estaduais já formalizaram a adesão ao projeto, além de todas as Representações da Nacional. No entanto, os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul ainda não formalizaram a adesão.

"Estamos em diálogo permanente com esses estados para que possamos avançar juntos", afirmou Miguel Nôvo. O presidente reforçou ainda o compromisso de concluir o projeto antes do fim da atual gestão: "queremos terminar a gestão com todos os problemas resolvidos, para que a próxima gestão tenha menos dificuldades".

Os integrantes da Comissão reforçaram a importância da unidade entre todas as Estaduais,

Representações e Associação Nacional para garantir o sucesso do projeto, a fim de consolidar uma rede colaborativa, capaz de responder às demandas dos associados com agilidade, eficiência e transparência.

A Comissão mantém a expectativa de que os estados pendentes concluam a adesão até o final deste mês, assegurando a coesão nacional do projeto, que representa um marco na história da Associação, alinhado à necessidade de adaptação às transformações sociais e tecnológicas, visando sempre a excelência no atendimento e representatividade dos associados.



Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 BL H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o LINHA DIRETA para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Marluce do Socorro da Silva Soares

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima e Ludmila Machado

ESTAGIÁRIAS
Thatianna Cardoso e Wlyana Melo

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



Determinação e trabalho

www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

Mesa Coordenadora do CR define pauta de trabalho

Os integrantes da Mesa Coordenadora do Conselho de Representantes se reuniram, no dia 6 de maio, para alinhar os temas da pauta da próxima reunião ordinária do CR, agendada para 28 de maio.

Dentre os assuntos que irão ser tratados, está a realização da eleição dos membros da Mesa Coordenadora para a gestão 2025-2026.

Carlos José de Castro, coordenador do colegiado, falou sobre a importância da presença de todos os integrantes do CR no encontro do dia 28 e destacou alguns procedimentos internos de trabalho.



Participaram da reunião, além do coordenador, os conselheiros Louviral de Melo Lobo, Maria Alba de Carvalho e Severino Felipe da Silva.

Iniciados os trabalhos de sistematização do novo Estatuto da ANFIP Nacional

Foi realizada no dia 8 de maio, em formato virtual, a primeira reunião da Comissão de Sistematização do Novo Estatuto Social da ANFIP Nacional. A comissão é composta pelos associados Albenize Cerqueira, Rosana Escudero, Rozinete Bissoli e Carlos Alberto Barbosa. Os integrantes foram escolhidos durante a V Convenção Nacional Extraordinária, realizada entre 26 e 30 de abril, em Brasília.

O grupo tem a importante missão de consolidar as alterações aprovadas durante a Convenção Nacional, organizando e preparando a redação final do documento.



Os trabalhos da comissão seguirão nos próximos dias e, assim que a redação final for concluída, será disponibilizada no site da Associação. A ANFIP reforça seu compromisso com a transparência e a participação democrática em todas as etapas do processo.

Audidores Fiscais realizam ato em Porto Alegre em defesa do reajuste e da paridade

A vice-presidente de Política de Classe e Salarial da ANFIP Nacional, Maria Inês Borges Ávila, participou de ato público, no dia 7 de maio, em frente ao prédio da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre (RS), para cobrar do governo o reajuste do vencimento básico da carreira e a paridade no pagamento do Bônus de Eficiência entre ativos e aposentados.

Realizada pela Delegacia Sindical do Sindifisco Nacional em Porto Alegre (DS-POA), a mobilização também contou com a participação de representantes da Estadual gaúcha (Agafisp), incluindo o presidente Wilson Antonio Romero, e de diversos Auditores Fiscais do estado.

Durante o ato, os manifestantes reforçaram a necessidade de valorização dos servidores públicos e destacaram a importância da equiparação salarial com outras carreiras do fisco, além da recomposição das perdas inflacionárias.



Maria Inês Ávila ressaltou que a luta por melhores condições de trabalho e remuneração justa segue como prioridade da ANFIP e das entidades parceiras.

A mobilização integra uma série de ações nacionais em defesa dos direitos dos Auditores Fiscais, pressionando o governo por respostas concretas às reivindicações da categoria.

Conselho Fiscal analisa mudanças aprovadas na V CNE e defende união

O Conselho Fiscal realizou, no dia 30 de abril, sua 6ª Reunião Extraordinária, de forma presencial, na sede da ANFIP Nacional. Participaram do encontro a coordenadora Jamile Jabra Malke e os conselheiros José Amilton Vieira Freire e José Arinaldo Gonçalves Ferreira.

Na ocasião, foram atualizadas as informações dos trabalhos realizados nos últimos meses, com destaque para a V Convenção Nacional Extraordinária, além da solenidade em comemoração aos 75 anos da ANFIP Nacional, realizada na Câmara dos Deputados, com a presença do secretário da Receita Federal do Brasil, Robinson Barreirinhas, e da deputada federal Erika Kokay (PT/DF).

Destacou-se a importância da Convenção para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da Entidade,



especialmente pelas propostas de alterações estatutárias, com o objetivo de trilhar novos caminhos rumo a uma gestão moderna, capaz de atender aos anseios de toda a categoria. “Entendemos que esta Convenção foi um ponto de partida para a modernização e para que a ANFIP Nacional possa caminhar lado a lado com as Estaduais, na luta em defesa de seus associados, com o objetivo primordial de união”, destacou Jamile Malke.

Na mídia

Projeto para reformular o IR está pronto para tramitar, mas acumula desafios

A aprovação definitiva, no início deste ano, da reforma tributária que redesenhou o caótico sistema brasileiro de impostos sobre o consumo representou um marco histórico para o país. A nova legislação, em tese, simplifica e moderniza a cobrança de tributos sobre bens e serviços e, ao longo dos próximos anos, deverá aproximar o Brasil dos modelos adotados por economias mais desenvolvidas, ao mesmo tempo que afasta o país das distorções que comprometem a eficiência produtiva. No entanto, a tributação sobre o consumo é apenas uma parte do intrincado sistema de impostos. A próxima grande anomalia a ser enfrentada já está na fila: o imposto sobre a renda – cobrado diretamente do que as pessoas ganham e as empresas lucram e que ainda carrega injustiças, complexidades e brechas que pedem, há décadas, por correção.

O imposto de renda no Brasil está longe de seguir as melhores práticas internacionais. Trata-se de uma pirâmide mal estruturada, na qual os mais ricos contribuem proporcionalmente menos, enquanto a classe média, os trabalhadores de baixa renda, as empresas e os consumidores arcam com uma carga maior do que deveriam. Essa distorção compromete a justiça tributária, reduz o poder de compra dos que vivem com orçamento apertado, pressiona os preços, enfraquece a competitividade da indústria e, sobretudo, perpetua a desigualdade social.

Nos últimos trinta anos, a carga tributária subiu de 25% para 32% do produto interno bruto (PIB), refletindo o crescimento dos gastos públicos – que, no fim das contas, determinam o volume de arrecadação. O corte de tributos, portanto, exige necessariamente enxugar as

despesas do Estado. Ainda assim, essa seria apenas uma parte da solução. É necessário também atacar as distorções internas do sistema. “Não só quem ganha mais paga menos, como também pessoas que ganham a mesma coisa têm cargas tributárias muito distintas, por causa de uma multiplicidade de tratamentos diferenciados que criamos”, diz Sérgio Gobetti, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e um dos principais estudiosos do tema no país. “Isso não só é injusto, como ineficiente.” O governo Lula já deu o primeiro passo na segunda etapa da reforma tributária, desta vez voltada ao imposto de renda.

Em março, o presidente e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentaram um projeto de lei que altera pontualmente a tributação sobre pessoas físicas, mas a proposta é tão restrita que dificilmente ▶

pode ser chamada de reforma. Trata-se, na prática, de uma iniciativa para cumprir uma das principais promessas de campanha do presidente: isentar do IR os brasileiros que ganham até 5.000 reais por mês.

Para compensar a perda de arrecadação, estimada em 25 bilhões de reais, o projeto propõe aumentar a carga tributária dos mais ricos, com a criação de uma alíquota mínima de 10% para quem ganha acima de 1,2 milhão de reais por ano (ou 100.000 reais por mês) e de até 10% para rendimentos mensais entre 50.000 e 100.000 reais. “Não é a reforma ideal, mas melhora a alocação dos tributos e pode contribuir para um crescimento econômico um pouco mais equilibrado”, afirma Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal da Fundação Getúlio Vargas e ex-secretário do Ministério da Fazenda. Na Câmara, o presidente Hugo Motta (Republicanos- PB) nomeou o deputado Arthur Lira (PP-AL), seu antecessor, como relator da proposta e marcou para a terça-feira 6 a instalação da comissão especial que vai trabalhar no texto final. A expectativa é de que a votação ocorra no segundo semestre.

Dentre as várias distorções da tributação da renda no Brasil, a mais exorbitante é a isenção dos dividendos, que são uma fatia do lucro paga aos donos das empresas. Só em nações como Estônia, Letônia, Malásia e Emirados Árabes os dividendos também são isentos, de acordo com o pesquisador do Ipea Pedro Humberto de Carvalho Junior.

“Nos outros países, a alíquota costuma variar de 15% a 25%”, diz ele. O resultado é chocante: entre os 5% mais ricos da população, a participação de salários e rendas tributadas no total dos ganhos praticamente desaparece, sendo substituída quase inteiramente por dividendos. No topo do topo – o 0,1% mais rico –, as chamadas rendas do capital representam cerca de 70% da renda total. Como consequência, a

alíquota efetiva do IR desaba. Estudos de Carvalho e do também pesquisador Gobetti mostram que esse grupo, com ganhos superiores a 1 milhão de reais por mês, paga em média apenas 6% de imposto, o mesmo percentual desembolsado por alguém que ganha 7.300 reais. Para efeito de comparação, nos Estados Unidos, o 1% mais rico contribui com uma alíquota média de 26%, de acordo com a organização Tax Foundation.

O alívio concedido justamente a quem mais poderia contribuir é o que sustenta grande parte das distorções do sistema tributário brasileiro. Como a arrecadação sobre a renda é relativamente baixa, o peso recai sobre outras fontes.

Atualmente, cerca de 40% da receita tributária do país vem de impostos sobre o consumo, enquanto apenas 30% são originados da tributação sobre a renda. É o oposto do que ocorre nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), onde, em média, 37% da arrecadação vem da renda e apenas 30% do consumo.

“Tributar o consumo é regressivo por natureza”, afirma Miguel Nôvo, presidente da Anfip, associação nacional dos auditores fiscais da Receita Federal. “O pobre paga o mesmo imposto que o rico sobre produtos como açúcar ou arroz, mas, proporcionalmente, esse valor pesa muito mais no orçamento de quem tem menor renda.” Outro problema está na forma como os lucros são tributados no Brasil. Com os dividendos isentos para pessoas físicas, o imposto sobre os lucros retidos pelas empresas acaba sendo excessivamente elevado: a alíquota chega a 34%, uma das mais altas do mundo. Nos países da OCDE, a taxa varia entre 12% e 30%. Esse descompasso tem sido um dos principais obstáculos à tributação dos dividendos no Brasil. Cobrar imposto sobre eles, sem reduzir de forma expressiva o das empresas,

elevaria a carga tributária total para os empresários, algo que gera forte resistência, por motivos óbvios.

Para contornar a questão, o projeto do governo prevê um limite: a soma do imposto pago pela empresa e pelo acionista não poderá ultrapassar os 34% atuais. Mesmo assim, a proposta enfrenta oposição. “Isso vai prejudicar milhares de profissionais liberais e pequenas empresas que já pagaram o imposto em sua empresa e terão mais tributação depois”, argumenta o senador Ciro Nogueira, presidente do mesmo PP do relator Arthur Lira. O partido apresentou uma proposta alternativa na Câmara que suaviza a cobrança para uma parcela ainda menor dos super-ricos e, em contrapartida, propõe a redução de subsídios concedidos às empresas.

Os especialistas argumentam, por outro lado, que mesmo a tributação sobre as empresas já é significativamente menor do que sugere a alíquota formal de 34%, devido à ampla gama de regimes especiais como o Simples Nacional e o lucro presumido.

Esses modelos permitem que empresas paguem alíquotas que podem chegar a apenas 5% sobre o lucro. “Há muito milionário que paga pouco de imposto na empresa e ainda é totalmente isento como pessoa física”, diz Sérgio Gobetti, do Ipea. “Isso, no mínimo, precisa ser corrigido.” Fechar essa conta está longe de ser simples, sobretudo no contexto de um país no qual boa parte do dinheiro recolhido nos impostos não retorna de forma adequada a áreas essenciais como saúde, educação e segurança – o recente escândalo do INSS é mais um exemplo disso (veja a reportagem “Águas turbulentas”).

Uma política tributária mais justa e racional precisa vir acompanhada de uma estrutura estatal mais enxuta e eficiente. Como se vê, não são poucos os desafios que o Brasil precisa enfrentar com urgência nesse campo.

Fonte: Revista Veja - Juliana Elias

OAB lança campanha e plataforma de verificação contra ‘golpe do falso advogado’

Casos em que criminosos se passam por advogados para aplicar golpes financeiros têm se multiplicado em todo o país. Em resposta, a OAB Nacional lançou uma campanha nacional de conscientização e combate ao chamado “golpe do falso advogado”. A iniciativa tem como pilares a orientação da população, a prevenção de novas vítimas e a disponibilização de ferramentas práticas, como a plataforma digital **ConfirmADV** – um site que permite verificar a identidade de advogados de forma rápida e segura.

A campanha, conduzida pelo Conselho Federal da OAB em parceria com as 27 seccionais, alerta para os principais formatos do chamado golpe do falso advogado, prática que envolve, principalmente, abordagens por meio de aplicativos de mensagens e redes sociais. Usando indevidamente nomes, fotos e até mesmo informações extraídas de processos judiciais, os golpistas tentam convencer vítimas a realizar pagamentos via PIX com a justificativa de liberação de valores judiciais.

Com o ConfirmADV, qualquer cidadão poderá confirmar a identidade de um advogado regularmente inscrito nos quadros da OAB de forma rápida e simples, garantindo que o contato seja, de fato, com o profissional contratado. A ferramenta é integrada ao Cadastro Nacional dos Advogados (CNA).

Confirmação on-line

Ao acessar o site do ConfirmADV, o cidadão poderá verificar a identidade de um advogado. Para isso, deverá informar dados como o número de inscrição na OAB, o estado de registro e o e-mail informado pelo suposto advogado.

A partir dessas informações, será enviada uma solicitação automática para o e-mail do advogado, informando que um cliente deseja confirmar sua identidade. O profissional então terá até 5 minutos para responder e confirmar os dados. Caso a confirmação seja feita dentro desse prazo, o cidadão receberá a autenticação validada do advogado.

Se o tempo expirar sem resposta, tanto o cidadão quanto o advogado serão notificados de que a verificação não foi concluída.

Canal de denúncias

Caso o cidadão tenha sido vítima de uma tentativa de golpe, ou já tenha realizado um pagamento indevido, é possível fazer uma denúncia diretamente pelo canal oficial da OAB Nacional, acessando o site fiscalizacao.oab.org.br. As denúncias serão encaminhadas para apuração e para as seccionais correspondentes.

Atuação coordenada

A campanha da OAB Nacional é executada de forma coordenada com as 27 seccionais, que atuam diretamente no recebimento de denúncias, orientação da advocacia e interlocução com as autoridades locais. Algumas delas já firmaram parcerias com as polícias civis de seus estados para facilitar o encaminhamento de casos. Outras investem em canais digitais para agilizar a apuração de denúncias e viabilizar o cruzamento de informações com boletins de ocorrência.

Como os golpes acontecem e medidas de prevenção

Os golpes geralmente começam com o acesso indevido a informações públicas de processos

judiciais. Com esses dados, criminosos entram em contato com partes envolvidas nas ações – especialmente em causas com previsão de liberação de valores – se passando por advogados ou integrantes de escritórios. O contato ocorre, geralmente, por aplicativos de mensagens, com o uso de nomes reais, fotos e até logotipos, o que reforça a ilusão de legitimidade.

As vítimas, muitas vezes em situação de fragilidade emocional ou econômica, são induzidas a realizar pagamentos via PIX com a promessa de recebimento de valores judiciais.

A OAB Nacional traz orientações práticas para que os cidadãos possam identificar e evitar esse tipo de golpe. Entre os principais cuidados recomendados estão:

- Confirmar a identidade do advogado por meio dos contatos já conhecidos ou previamente informados no contrato de prestação de serviços;
- Evitar qualquer tipo de pagamento solicitado por mensagens ou ligações, sem a devida checagem;
- Desconfiar de pedidos urgentes de transferência via PIX, especialmente quando envolvem valores a serem supostamente liberados pela Justiça;
- Guardar prints de conversas e comprovantes, que devem ser levados à delegacia para registro de boletim de ocorrência.

As orientações são baseadas em experiências consolidadas por seccionais da OAB em todo o país e também em materiais de apoio desenvolvidos pelas comissões de prerrogativas e fiscalização.

Fonte: OAB Nacional

Benefícios e Convênios

Celebre o Mês das Mães com ofertas imperdíveis no Clube de Vantagens

Maio chegou com carinho, cuidado e grandes oportunidades para você, associado, presentear as mães que fazem parte da sua vida. Já está disponível na plataforma de benefícios da ANFIP Nacional uma seleção especial de ofertas exclusivas para tornar o Dia das Mães ainda mais inesquecível.

Em homenagem a todas as mães, o Clube de Benefícios está repleto de descontos incríveis em produtos como perfumaria, cosméticos, tecnologia e muito mais, pensados para agradar aos mais diversos estilos de mães.

Não deixe para a última hora! As ofertas são por tempo limitado. Clique aqui e confira todas as condições.



ANFIP
NACIONAL
Associação Nacional dos Auditores Fiscais
da Receita Federal do Brasil

**COM A ANFIP
VOCÊ VAI + LONGE**

**INSCRIÇÕES ATÉ DIA 14
DE NOVEMBRO DE 2025.**

Fale com a ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100 (ligação e whatsapp)
0800 701 6167 (somente telefones fixos
ou públicos)
E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)
E-mail: aposentadoriasepensoes@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

E-mail: comunicacao@anfip.org.br

JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local - atendimento das 14h às 18h)
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126
E-mail: juridico@anfip.org.br

CADASTRO

E-mail: cadastro@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA

E-mail: presidencia@anfip.org.br

SECRETARIA

E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)
E-mail: assistenciais@anfip.org.br
MarktClub: 0800 932 0000 - Ramal: 4199
Allcare: Whatsapp (11) 3003-5200 /
SAC 0800 941 4962 (atendimento das 8h às 20h, de
segunda a sábado, exceto feriados)
Geap: 0800 728 8300